

ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

1
2
3

4 Aos vinte três dias do mês de novembro de dois mil e sete realizou-se a Centésima Segunda Reunião
5 Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 –
6 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e dezesseis minutos, com a presença dos
7 seguintes Conselheiros: **Sr. Francisco Luiz da Rocha Simões Pires**, Representante do Secretário do
8 Meio Ambiente; **Sr. Luiz Augusto Petry**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento;
9 **Sr. Edmundo Fernandes da Silva**, Representante do Secretário da Infra-Estrutura e Logística; **Sr.**
10 **Marcelo Zaslavski**, Representante do Secretário da Cultura; **Sr. Aloísio Siragelo Braun**, Representante
11 do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. Doadi Antônio Brena**, Representante do Secretário do
12 Desenvolvimento dos Assuntos Internacionais; **Sra. Rosi Guedes Bernardes**, Representante do
13 Secretário das Obras Públicas e Saneamento; **Sra. Margarida Vasata**, Representante do Secretário da
14 Coordenação, Planejamento e Gestão; **Sr. Ladimir da Silva**, Representante do Secretário da Justiça e
15 Segurança; **Sr. Paulo Brack**, Representante Suplente do INGA; **Sr. Fábio Bueno**, Representante
16 Suplente da AGAPAN; **Sra. Lisiane Becker**, Representante Titular da Mira-Serra; **Sr. Manoel Francisco**
17 **Moreira**, Representante Titular dos Amigos da Floresta; **Sra. Lúcia Schild Ortiz**, Representante Titular
18 dos Amigos da Terra; **Sra. Maria Teresa Raya Rodriguez**, Representante Titular da Instituição
19 Universitária Pública; **Sra. Elizabete Maria Zanin**, Representante Suplente da Instituição Universitária
20 Privada; **Sr. Adilson Carlos Metz**, Representante Titular da FETAG; **Sr. Clóvis Zimmer**, Representante
21 Titular da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Fernando**
22 **Hartmann**, Representante Suplente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. Valtemir**
23 **Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. Marcelo Madeira**, Representante Suplente do
24 IBAMA; **Sr. Carlos Termignoni**, Representante Titular do Centro de Biotecnologia do Estado; **Sr.**
25 **Maurício Colombo**, Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Participaram também da
26 reunião, como convidados: Virgínia de Carvalho Fett – OAB/RS; Niro Afonso Pieper – SIGA/RS;
27 Endrigo Silva – BM; Volnei Tesser e Sandra Bianchi – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bento
28 Gonçalves; Sandra T. Lebben – Prefeita em exercício de Almirante Tamandaré; Marcos Vinícius
29 Heisderfer – Chefe de Gabinete de Almirante Tamandaré; Joice da Rosa Leal, Alberto Marcos Nogueira,
30 Adoni Alencar e Lauren Xerxerensky – SEPLAG; José Epor Loss – FEE; Carlos A. M. Marchiori –
31 SAALVE; Jairo Barth – Engeplus. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Francisco Luiz da
32 Rocha Simões Pires – SEMA. **Pauta: 1. Discussão da Ata da 101ª Reunião Ordinária do CONSEMA;**
33 **2. Comunicações; 3. Apresentação do Plano Plurianual e o Orçamento da Secretaria de Estado do**
34 **Meio Ambiente; 4. Habilitação de Municípios; 5. Recursos Administrativos; 6. Aprovação do**
35 **Calendário das reuniões do ano de 2008; 7. Assuntos Gerais. Sr. Presidente (Francisco Luiz da**
36 **Rocha Simões Pires):** Boa-tarde a todos. Eu gostaria de informar que há *quorum* regimental, em função
37 disso dou as boas-vindas, inclusive, ao nosso Conselheiro suplente da AGAPAN, já devidamente
38 encaminhado, em função da ausência do Conselheiro Lewgoy. Seguindo a nossa disciplinação, os
39 senhores já devem ter recebido a ata da sessão anterior. A Secretaria já informou previamente que não
40 houve ressalvas, eu não sei se algum dos Conselheiros presentes gostaria de fazer alguma consideração. **1.**
41 **Discussão da Ata da 101ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Sra. Maria Teresa Raya Rodriguez:**
42 Boa-tarde. Nas linhas 16 e 17 consta que eu estava presente e nas linhas 86, 87 e 88 consta a justificativa.
43 **Sr. Presidente:** Deverá ser procedida essa retificação. Mais alguma observação? **Sra. Lúcia Schild**
44 **Ortiz:** Boa-tarde. Não é uma alteração na ata, é que consta na ata uma proposta encaminhada pela
45 Sociedade de Engenharia que nesta reunião tratássemos de uma reunião da Câmara Técnica da Qualidade
46 do Ar, sobre a questão da qualidade do ar em Porto Alegre. Foi aprovado, por unanimidade, que se
47 reservaria 20 minutos na pauta de hoje. Então, não sei se isso vai ser esclarecido no Item Comunicações.
48 **Sr. Presidente:** Vai ser esclarecido em razão da ausência do Conselheiro Germano, por isso não constou
49 na Ordem do Dia previamente. Ele informou a Secretaria que não viria, mas o Tiago pode complementar
50 os motivos. **Sr. Tiago Castagnetti:** Nós oficiamos a FEPAM, ou melhor, a Sra. Presidente da FEPAM, no
51 Ofício nº 0116/2007, enviado em 06-11-2007. Então, em razão da ausência do Conselheiro Germano nós
52 preferimos deixar essa apresentação para a próxima reunião ordinária. Mais alguma dúvida? **Sr.**
53 **Presidente:** Em seguimento, se não houver mais observações em relação à ata. **Sr. Ladimir da Silva:**
54 Boa-tarde a todos. Apenas uma correção na ata, uma comunicação que nós fizemos na última reunião e o
55 meu nome saiu com uma incorreção, saiu como Vladimir e é Ladimir. Apenas essa correção, obrigado. **Sr.**
56 **Presidente:** Será procedida a retificação. Mais alguma retificação? Vamos aprovar a ata e seguimos em
57 Comunicações? Pode ser assim? Então, quem aprova a ata com as ressalvas feitas? Quinze votos.
58 Contrários? Abstenções? Nenhum contra e nenhuma abstenção. Aprovada a ata. Vamos para

59 Comunicações. **2. Comunicações. Sr. Tiago Castagnetti:** Comunicado do Professor Eduardo Aléxis
60 Lobo Alcayaga, que não poderá estar presente nesta reunião, porque hoje ministrará aula. Ofício da
61 APEDEMA remetido ao Presidente do Conselho do Meio Ambiente: “Prezado Presidente, na
62 oportunidade em que vimos cumprimentá-los cordialmente, considerando o ofício APEDEMA RS nº
63 13/07, onde consta o convite a Vossa Senhoria para participar da cerimônia de abertura da 27ª EEEE,
64 vimos por meio deste cientificar o local dessa abertura como sendo o Centro de visitantes do Parque
65 Santiler, não sede da União do Escoteiros do Brasil, como estava no ofício anterior. Sendo o que havia
66 para o momento, subscrevemo-nos. Atenciosamente, Valério da Cunha Oliveira – Sociedade Amigos da
67 Água Limpa e do Verde, e membro da Comissão Executiva da APEDEMA. Também ofício da
68 APEDEMA, Ofício nº 22/07: “Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo, vimos informar que o 27º Encontro
69 Estadual de Entidades Ecológicas, realizado em Viamão, nesta Capital, nos dias 10 e 11 deste mês, foi
70 muito hesitoso em seu propósito de melhor organizar o movimento ecológico gaúcho e de realizar o
71 diagnóstico da atual conjuntura política socioambiental, conforme expresso em ofício anterior, enviado a
72 esse Conselho. Lamentamos, entretanto, a ausência não justificada de representação do Conselho Estadual
73 de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul nesse importante evento da sociedade civil
74 ambientalista. Lembramos que o CONSEMA havia sido formalmente convidado em sua 100ª Reunião
75 Ordinária. Sem mais para o momento despedimos com votos ecológicos. Paulo Brack, INGÁ – Estudos
76 Ambientais, Entidade membro da Coordenação Executiva da APEDEMA”. Ofício encaminhado em 19-
77 10-2007, Ofício nº 1758, encaminhado pelo Assessor Especial do Gabinete do Ministro do
78 Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O assunto é o PAC, as barragens hidrelétricas de
79 irrigação no Rio Grande do Sul: “Senhor Secretário, de ordem acusamos o recebimento do Ofício
80 CONSEMA nº 0108/07, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, que solicita
81 informações sobre obras naquele Estado, incluídas o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC,
82 referente a barragens de hidrelétricas e de irrigação. Informamos que o assunto foi encaminhado ao Banco
83 Nacional do Desenvolvimento Econômico Social e tão logo tenhamos uma resposta comunicaremos a
84 Vossa Excelência. Atenciosamente, José Luiz Mota de Abelar Azeredo – Assessor Especial do Ministro e
85 Coordenador da Assessoria Parlamentar”. Ofício da Sociedade de Engenharia, Ofício nº 96/07, enviado
86 em 08-11-2007: “Senhor Secretário, ao cumprimentá-lo vimos solicitar o assento da Sociedade civil
87 empreendimento Engenharia do Rio Grande do Sul na Câmara Técnica Permanente de Agrotóxicos do
88 CONSEMA, tão logo seja reativada. Sendo o que tínhamos para esta oportunidade, ficamos desde já no
89 aguardo do pronto atendimento da nossa solicitação. Nilton Kides – Presidência”. **Sr. Presidente:** Esta
90 matéria é lida como comunicação e entra em sede de Assuntos Gerais para a deliberação da Plenária. **Sr.**
91 **Tiago Castagnetti:** Comunicado sobre o acompanhamento do desfecho da ações do Processo nº
92 15060500, de 06 de 2007, que relata um dano ambiental no Município de Farroupilha, foi aberto pela
93 ALGA em março de 2006. Então, o ofício vem assinado pelo Coordenador do SIGA, Niro Afonso Pieper.
94 Diz o seguinte: “Sr. Presidente do CONSEMA, em atenção ao disposto no despacho, nas fl. 265, da
95 Presidência desse Conselho, informamos que realizamos o acompanhamento solicitado, estivemos no
96 Município e na Promotoria de Justiça para ouvir as informações cabíveis. Podemos assim constatar que os
97 objetivos principais perseguidos pelos interessados na manifestação inicial, fls. 2 a 6, bem como pertinente
98 apreciação desse Conselho, foram alcançados. Quais sejam, em especial, a suspensão da implantação de
99 empreendimentos irregulares. A recuperação de área degradada e a adequada estruturação do órgão
100 ambiental local. Quanto ao empreendimento principal, além da suspensão do procedimento licenciatório,
101 há retorno de vistoria atestado que a área degradada está em recuperação natural, fls. 277, e tramita no
102 Poder Judiciário ação visando a reparação forçada, fls. 269 a 272 e de 280 a 282. Outro empreendimento
103 teve o licenciamento devidamente regularizado, fls. 275, 278 e 279. A equipe técnica atualmente
104 disponível no órgão ambiental municipal, informada pelo município, fls. 276, é adequada. Ressalta-se que
105 relativamente a responsabilidade de profissional vinculado ao município, a época dos fatos, pende ação
106 judicial proposta pelo Ministério Público Estadual, fls. 269, 273 e 274. Isso posto, sugiro dar
107 conhecimento aos Conselheiros das providências tomadas e diante o resultado delas deliberar sobre o
108 arquivamento do expediente. Niro Afonso Pieper, Coordenador do SIGA-RS. Comunicado oficial, vem
109 assinado pelas ONGs AGAPAN, Mira-Serra, INGÁ e NAT: “Sr. Presidente do CONSEMA, ao
110 cumprimentá-lo cordialmente, vimos informar à Plenária desse egrégio colegiado sobre a liminar referida
111 da Ação Civil Pública nº 20077100031307-4Rs da Vara Federal Ambiental Agrária e Residual de Porto
112 Alegre, na qual são réus a União Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
113 Renováveis – IBAMA, Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Chico Mendes de Conservação da
114 Biodiversidade, Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM, Stora Enso,
115 VCP, Votorantin Celulose e Papel, Aracruz Celulose SA. Na liminar concedida em despacho, em 09-11-

116 2007, a Juíza da Vara Federal Ambiental Agrária e Residual de Porto Alegre, reunindo as ações civil e
117 pública das ONGs e do Ministério Público Federal, decidiu transferir a competência de licenciamento
118 silvicultural da FEPAM para o IBAMA, pedido ACP do Ministério Público Federal. Bem como que fosse
119 observado os AS nesse licenciamento, pedido da ACP, das ONGs, pra os empreendimentos relacionados à
120 atividade de silvicultura. Salientamos que dita decisão corrobora com o entendimento consolidado pelas
121 ONGs, visto que os AS trata-se de um documento técnico científico, fruto de um trabalho minucioso e
122 imparcial, que estabeleceu critérios adequados, diretrizes para o licenciamento de atividades de
123 silvicultura no Estado, também devendo ser observado como órgão legal aos licenciamentos a partir da
124 data de decisão judicial citada. Por fim, sublinhamos que os AS foi concluído e sintetizou um trabalho
125 extenso de dezenas de técnicos tanto da FEPAM, da SEMA, das unidades, de consultoras de meio
126 ambiente, também de técnicos do próprio setor silvicultural. Portanto, cumpre o seu objetivo de preservar
127 as áreas ambientais que assim devam ser, bem como, estabelecer os parâmetros para a regularização do
128 plantio. Sem mais para o momento, com votos ecológicos, despedimo-nos”. Ofício da Secretaria
129 Executiva do CONSEMA 022/07: “Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente, venho por meio deste
130 consultar Vossa Senhoria a cerca da possibilidade de não enviar cópias dos documentos de itens de pauta
131 das reuniões do CONSEMA, visto que esse procedimento gera gasto de grandes quantidades de folhas de
132 ofício, papel, envelopes, despesas de correios, custeados pelo Estado. Informamos também que a versão
133 digital dos documentos é encaminhada previamente a todos os Conselheiros, titulares e suplentes, além de
134 ficar disponível no site do CONSEMA com a mesma antecedência. Sendo o que se apresenta para o
135 momento, colho o ensejo para apresentar cordiais saudações de estima e consideração, atenciosamente,.
136 Tiago Castagnetti – Secretaria Executiva do CONSEMA”. Ofício emitido em 22-11, pela Secretaria do
137 Planejamento e Gestão: “Senhor Secretário, dirijo-me a Vossa Excelência com a finalidade de informar
138 que a Sra. Margarete Vasata Marques Silva, representante suplente desta Secretaria no Conselho de
139 Recursos Hídricos, deverá participar da reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente –
140 CONSEMA, a ser realizada no próximo dia 23-11, tendo em vista que o Sr. Josué Vieira da Costa, que é
141 representante suplente dessa pasta, não poderá comparecer em razão de compromisso inadiável.
142 Atenciosamente, Ariosto Culau – Secretário de Estado de Planejamento e Gestão”. Também da Secretaria
143 do Planejamento: “Conforme falamos, solicito reivindicar junto ao Secretário a indicação de uma pessoa
144 da SEPLA para comparecer na próxima reunião do CONSEMA, a realizar-se na sexta-feira, 23-11, uma
145 vez que no mesmo horário tenho uma reunião na SEPAS com a Secretaria Adjunta, que me impede de
146 comparecer para representar o Secretário Ariosto na qualidade de seus suplente. Esclareço por oportuno
147 que tem sido buscada a presença dos representantes do Governo para o referido Conselho, para que seja
148 mantido *quorum* para a realização das reuniões, bem como sejam votadas as matérias de interesse do
149 Estado. Permito-lhe sugerir que seja solicitado o comparecimento do servidor que representa a SEPLAG
150 no Conselho de Recursos Hídricos, na medida em que os assuntos podem ter alguma relação. Agradeço
151 pela atenção. Josué Vieira da Costa – Diretor do Departamento de Monitoramento de Projetos ”. Era isso,
152 Sr. Presidente. **Sr. Presidente:** Em seguimento a nossa Ordem do Dia. Nós temos pendente a apresentação
153 do orçamento, que foi solicitado e deliberado pelo Plenário. Então, eu consultaria aos Conselheiros se
154 concordam que seja feita a apresentação do orçamento e poderíamos abrir o espaço de questionamentos e
155 depois liberaríamos os representantes da Secretaria de Planejamento e Gestão? Os senhores concordam
156 com esse ritmo de trabalho? Então, podemos abrir o espaço. **3. Apresentação do Plano Plurianual e o**
157 **Orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Sra. Lauren Xerxerensky:** Boa-tarde a todos.
158 Eu me chamo Lauren, trabalho no Departamento de Planejamento, na SEPLAG. Conforme ofício foi
159 solicitado a apresentação do PPA de 2008, conhecimento do programa orçamentário 2008. Não é comum
160 um Conselho solicitar esse tipo de informação, mas a Secretaria de planejamento sempre foi parceira do
161 meio ambiente e se coloca sempre à disposição. A apresentação vai ser dividida em duas partes:
162 informações iniciais sobre o PPA e o PPA da Secretaria do Estado do Meio Ambiente. Em primeiro lugar
163 a Constituição Federal estabelece dois novos instrumentos, o Plano Plurianual, quatro anos, orçamentários
164 e o orçamento com uma nova formatação. Da Constituição eu separei um artigo, que diz que o Plano
165 Plurianual vai estabelecer de forma regimentalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração
166 pública federal para as despesas de capital aos programas de duração continuada. O que significa? O PPA
167 substitui o antigo orçamento plurianual e passa a compreender todas as ações governamentais, inclusive,
168 os outros poderes. É um planejamento global, universal. Com a Constituição do Rio Grande do Sul segue
169 a Constituição Federal, só que na Constituição do Estado se fala em programas. A diferença dos outros
170 PPAs é que o PPA do Estado é entregue bem antes, o orçamento do Estado. Eu separei a lei
171 complementar, que regulamenta os planos plurianuais. Também a lei já estabelecida da assembléia. Os
172 três primeiro PPAs do Estado se tornaram burocráticos por uma série de razões, primeiro que por

173 estratégias dos governos, não tinham vínculo com os orçamentos anuais, entre outros. Já em 2004/2007 o
174 Rio Grande do Sul adere a uma série de metodologias, federal, do Ministério de Planejamento, produzindo
175 ações voltadas nos problemas, novo conceito de programa, am integração entre PPA e orçamento e o
176 início de avaliações e revisões. No PPA 2008/2011 nós temos uma série de avanços importantes, o
177 Governo estabelece uma série de estratégias a partir de secretariado, de documentos técnicos, como a
178 Agenda 2020. Há também uma série de mudanças técnicas, como a redução no número de programas, de
179 250 para 89, contabilizando novos poderes também. A consistência com do cenário fiscal e econômico do
180 Estado. O planejamento por áreas não existia, exceto a Secretaria do Meio Ambiente, que trabalhava
181 integrada com ações vinculadas no orçamento de 2007. Já no orçamento 2008 todos as outras secretarias
182 passaram a programar, vencer seus programas com ações vinculadas. E a legislação de acordo com eixos
183 governamentais. Por último, a regulamentação. Aqui é como se integra o PPA com o orçamento, o PPA
184 estabelecia uma série de programas, que a partir desses programas estabelece ações e o orçamento vai
185 estar vinculado a ações do PPA. Depois nós separamos um exercício para a Secretaria de Meio Ambiente,
186 como se estrutura o orçamento, o projeto orçamentário 2008. Os programas partem de demandas sociais,
187 ou possibilidades vistas pelo Governo, aí passa a ser anuais, tem a execução anual, o monitoramento. Os
188 programas são constituídos a partir de uma série de questionamentos, primeiro qual o problema, a
189 justificativa, o que fazer, onde chegar, cria os objetivos e como fazer, constituir as ações. A estrutura do
190 PPA depois vocês vão ver, é constituído de programas, que a partir dos objetivos se busca os indicadores,
191 que vai mensurar o resultado dos objetivos. A partir dos programas são geradas as ações do PPA e cada
192 ação vai ter um ou mais produtos, que os órgãos vinculados vão estabelecer metas para esses produtos.
193 Cada ação tem o seu recurso, que é a soma total, vai-se dar no programa. Em relação ao PPA da Secretaria
194 Estadual do Meio Ambiente, eu separei dados quantitativos. A Secretaria coordena três grandes
195 programas: gestão ambiental integrada, a proteção dos recursos ambientais e a qualidade e controle
196 ambiental. Há também ações coordenadas pela Secretaria do Turismo e o apoio administrativo, todos os
197 órgãos possuem ações, são três ações padrões: remuneração de pessoal ativo, apoio à qualificação da
198 estrutura e a publicidade institucional. No geral, se tem 17 ações, temos 12 ações da SEMA, proteção
199 ambiental 12, a SEMA também participa intensamente desse programa e a qualidade e controle ambiental
200 com a participação da SEMA e da FEPAM. Em relação aos produtos dá para se constatar também uma
201 série de produtos, quase 90 produtos com suas metas para serem traçadas ao longo dos quatro anos. É um
202 número bastante elevado. Eu separei um gráfico que mostrar a distribuição dos recursos da Secretaria nos
203 programas: 20% para o programa de apoio administrativo, que dá para considerar que a Secretaria
204 distribui muito bem os seus recursos nos programas. Eu acho que o grande temor de qualquer
205 administrador é o um órgão destinar grande parte dos seus recursos para apoio administrativo e as
206 políticas públicas serem executadas a partir do apoio administrativo. Em relação aos programas, vou
207 apresentar os três grandes programas da Secretaria. O primeiro é a gestão ambiental, que tem os seguintes
208 objetivos: coordenar a execução e acompanhamento da política ambiental do Estado a partir da gestão
209 ambiental e da política de educação ambiental, perpassando por uma organização dos processos, dos
210 sistemas, das ferramentas e pela integração também do sistema estadual de proteção ambiental, do sistema
211 de recursos hídricos e dos sistemas ambientais. Outro objetivo escolhido pela Secretaria é o planejamento
212 das ações e os projetos compartilhados, além disso, há também, a Secretaria visa qualificar os gestores
213 municipais dos desempenhos sociais para a gestão local. Em relação aos indicadores desse programa, eles
214 foram bem focados nos resultados, eles são indicadores de resultado mesmo, ao auferir quanto das ações,
215 se realmente as ações foram capazes de proporcionar esses objetivos. São três grandes indicadores que
216 compreendem grande parte das ações. Também a Secretaria criou um programa de proteção dos recursos
217 ambientais, que visa promover a preservação da fauna, flora e o conjunto da diversidade, além de
218 promover a conservação dos recursos ambientais. Na época que a gente elaborou o PPA, foi com uma
219 pesquisa vasta de indicadores, claro, existe muito a ser levantado, mas a orientação sempre é que a
220 Secretaria possa estabelecer seus indicadores e possa medir esses indicadores. São quatro indicadores, que,
221 na medida do possível, vai avançando para buscar outros indicadores. Por fim, nós temos o programa de
222 qualidade e controle ambiental, que visa promover a qualidade ambiental com base na aplicação dos
223 instrumentos regulatórios da política nacional e estadual de meio ambiente. A FEPAM e a SEMA
224 trabalharam em conjunto para levantar uma série de indicadores. Os quatro primeiros indicadores visam
225 levantar o incremento anual das licenças, das outorgas, os cadastros. Há também a preocupação em reduzir
226 os passivos no que diz respeito aos licenciamentos, são dois indicadores. A recomendação se deu em duas
227 fases, a primeira fase foi durante o processo de elaboração do PPA, as secretarias indicavam qual ação,
228 quais ações seriam regionalizadas. E posteriormente, a entrega na Assembléia. Teve todo o trabalho de
229 dois meses para se estabelecer realmente as ações que seriam regularizadas, quais ações, como seria a

230 distribuição das metas por região. Também quais os indicadores possíveis de serem regionalizados. Qual o
231 objetivo da regionalização? Dar transparência à ação, retomar a discussão das estratégias regionais já
232 estabelecidas com estudos, como o de 2015, atender também a um dispositivo constitucional e estabelecer
233 políticas de parceria regional. Os critérios foram recomendados somente para programa finalísticos. No
234 final de todo esse processo se gerou 9 cadernos para as 9 regiões funcionais do Estado. O documento é
235 muito parecido com o PPA, a diferença é que é focado na região determinada. Em relação à área do meio
236 ambiente foram regionalizados todos os programas e ações, grande parte das ações foram regionalizadas
237 nos quatro programas, somente um indicador pode ser regionalizado. Por outro lado, para 50% das ações
238 foram regionalizadas, elas se encontram no site da Secretaria do Planejamento para quem estiver
239 interessado. Agora a Joice vai apresentar a proposta orçamentária do Estado. Eu queria ter falado muito
240 mais, mas já me sinto satisfeita por ter vindo até aqui. Eu estou à disposição e obrigada. **Sra. Joice da**
241 **Rosa Leal:** Boa-tarde a todos, eu trabalho no Departamento de Orçamento da Secretaria do Planejamento
242 a gente vai mostrar um pouco da proposta orçamentária para 2008. Nós temos um quadro comparativo, os
243 valores do PPA e os valores do Orçamento, por programa. Então, gestão ambiental integrada, programa de
244 apoio administrativo, a proteção de recursos ambientais, qualidade e controle ambiental. O PPA foi
245 orçando em 19 milhões e no orçamento 20 milhões. Houve um incremento de quase 1 milhão aí, um
246 incremento de recursos por ações políticas que foram dadas nos recurso ambientais. A Secretaria do Meio
247 Ambiente é composta de unidades orçamentárias. Então, o órgão central, que é a unidade 1, o
248 FUNDEFLO, que vocês devem conhecer bem, que é o 99, o Fundo de Recursos Hídricos é o 98, o
249 FEMA é o 99 e ações vinculadas, que são a Zoobotânica e a FEPAM. Aqui nós temos um demonstrativo
250 de despesas, a fonte de recursos de toda a Secretaria. Por fonte de recursos nós podemos ver, o tesouro
251 livre 61%, tesouro de contrapartida 32%, próprios da Fundação 25%, tesouro vinculado por mês são
252 recursos do Fundo, que são 12%, 2% de convênios, tem operações de crédito externo, que são 02%. O
253 demonstrativo do orçamento para a SEMA ficou em torno de 20 milhões, 53% tesouro livre, tesouro de
254 contrapartida 1%, 40% tesouro vinculado, 100% os convênios. Aqui é da FEPAM, só para vocês terem
255 uma idéia, 32 milhões, 55% é tesouro livre e 44% é de recursos próprios da Fundação. Tesouro livre é o
256 recurso da Secretaria da Fazenda, tesouros próprios da Fundação são receitas da Fundação. Continuando, a
257 FEPAM, 44% próprio, da Fundação e 0,01% de convênios. A Zoobotânica 12 milhões e 900, 85% do
258 tesouro livre, próprios da Fundação 14%, convênios 0,06% e operações de crédito 00,16%. Aqui a gente
259 tentou fazer um elenco dos projetos e atividades que tem no orçamento, que são oriundos das ações do
260 PPA. Então, no programa de apoio administrativo, o total do programa R\$ 6.620.511,00. Vocês podem ver
261 que os projetos e atividades são oriundas das ações do PPA. Outro programa, a geração do projeto, 10 mil.
262 Gestão ambiental integrada, todos esses projetos e atividades que vieram oriundos das ações do PPA. O
263 total desse programa, foi em torno de R\$ 5.746.000,00. Nesse programa, proteção de recursos ambientais,
264 todo o elenco do projeto e atividades e o total do programa R\$ 6.457.000,00. Qualidade e controle
265 ambiental, R\$ 1.343.000,00, o orçamento da SEMA é de R\$ 20.158.592,00. A gente vai disponibilizar o
266 nosso site para qualquer dúvida, onde tem todos os projetos. Obrigada. **Sr. Presidente:** Eu gostaria de
267 saber se o Plenário quer formular algum questionamento aos nossos representantes da Secretaria e
268 Planejamento e Gestão? Conselheiro Paulo Brack, do INGÁ. **Sr. Paulo Brack:** Esse plano, digamos
269 assim, foi costurado entre as demandas das secretarias ou foi feito dentro de uma estratégia, foi
270 posteriormente entrado em acordo com as secretarias? Nós gostaríamos de saber, dentro do plano
271 plurianual, se existem áreas, por exemplo, as unidades de conservação, que é uma área que nos interessa
272 muito saber. Qual é o caso do orçamento necessário para essas unidades de conservação e se esse plano
273 plurianual está contemplando isso? Essa é uma questão para nós fundamental. **Sr. Presidente:** Em razão
274 da Administração Estadual entender o estabelecimento de programas, nós tínhamos alavancados alguns, o
275 Pieper foi um dos que coordenou esse trabalho, o Artur, mais os colegas da Zoobotânica, da FEPAM, nós
276 tentamos encaixar com estruturantes dos vários programas da Secretaria. Em razão do número de
277 secretarias e cada uma tendo três, quatro, houve uma dispersão muito grande. Então, os nossos programas
278 não se caracterizaram como programas estruturantes no planejamento do Estado e ficaram com programas
279 suportes. Especificamente em razão da indisponibilidade de alguns recursos do orçamento, esses recursos
280 livres, e como as unidades de conservação têm a facilidade dos aportes feitos extraorçamentários, que é o
281 caso das medidas compensatórias, não há como nós só na questão da regularização fundiária, é que os
282 valores não atingem o valor das 23 unidades de conservação, algumas delas ainda pendentes. Nós tivemos
283 a grande preocupação, que foi o sistema desses três grandes projetos nossos, o ambiental, o saneamento, o
284 SIGA e tem mais um que agora eu não me lembro. Foi discutido dentro das secretarias, foi discutido com
285 as vinculadas, o orçamento das vinculadas não foi mexido dentro da proposta e foi discutido com a equipe
286 da Secretaria do Planejamento, com a presença da Senhora Governadora. Artur, o nosso orçamento foi de

287 7 milhões? E o nosso orçamento arrancou, fez-se cortes em despesas, a redução de custeio também foi
288 intensa. Então, em tese, dentro dessa proposta orçamentária, as unidades de conservação estarão bem, até
289 antes com a disponibilidade dos recursos livres, como das medidas compensatórias. Paulo, nós podemos
290 em Assuntos Gerais, propor que a câmara de compensação ou a Secretaria preste esclarecimento ao
291 Conselho do volume de recursos. Por exemplo, já estava fechado orçamento, corrija-me os colegas, eu
292 acho que já estava fechado o orçamento quando nós alinhávamos, estamos alinhando a atuação do RS
293 Biodiversidade, que é um aporte de 5 milhões de dólares do Banco Mundial, eu acho que já estava
294 fechado o orçamento quando nós estávamos fazendo essa negociação, que é a conservação, volta-se ao
295 desenvolvimento das unidades de conservação e para a proteção do bioma pampa. Eu não sei se o Pieper
296 participou, se puder prestar um esclarecimento. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Boa-tarde. Eu posso dizer que,
297 na verdade, o orçamento foi feito com a orientação técnica e a grande virtude desse PPA e do orçamento é
298 o realismo orçamentário. Então, o que elas referiram, de tirar valores de um programa de apoio
299 administrativo, está dentro dessa idéia de colocar hoje dentro do programa vitalício. Também teríamos
300 excelentes resultados se nós simplesmente comparássemos cinco programas do ciclo 2004/2007 com os
301 três de agora, porque em valores cresce bastante, realmente aumentou, mas não tanto quanto a primeira
302 vista poderia demonstrar, porque houve migração para o programa vitalício. O próprio gráfico mostra ali
303 que já houve um respeito no orçamento ao planejamento do PPA, com um ou dos programas no PPA que
304 foram postergados no seu início para o plano, os demais, na verdade, o que foi planejado está sendo
305 apresentado à Assembléia Legislativa como proposta orçamentária, planejada na época do PPA. Eu
306 poderia acrescentar, ele vem em uma linha de planejamento, inclusive, o plano de Governo tem esse *link*
307 e, sobretudo, com as questões que a Secretaria se preocupa. A denominação dos três programas é aquilo
308 com que a Secretaria trabalha: controle, proteção direta e gestão. Na verdade, eles ainda têm uma
309 interligação, mas são as três linhas de trabalho da Secretaria. **Sra. Margarete Vasata:** Só para
310 complementar. Referente ao PPA, que eu imagino que a maioria das pessoas conheça, porque trabalham
311 integrados com as secretarias. Eu gostaria de complementar a questão do RS Biodiversidades, para o
312 Paulo, especificamente, que conhece bastante o nosso projeto. Na verdade é um projeto focado para a
313 biodiversidade, principalmente junto às atividades produtivas. Ele não é um projeto focado em unidade de
314 conservação e etc. No entanto, o longo da negociação desse projeto, negociações com o Banco Mundial e
315 as dificuldades que o Estado tem, que se refere à contrapartida. Nós fizemos um casamento que me parece
316 muito feliz, de que a contrapartida seja dada, um percentual bastante elevado, pela utilização das medidas
317 compensatórias em unidades de conservação. Então, vamos dizer assim, nós estamos associando
318 atividades de trabalhar junto com os produtores, no sentido de conservação da biodiversidade e alocando
319 recursos das medidas compensatórias em unidades de conservação. Então, estamos juntando as duas
320 coisas nesse projeto. Obrigada. **Sr. Paulo Brack:** Em relação a essa questão do PPA, eu acho que de uns
321 anos para cá o PPA está sendo talvez construído de uma forma democrática. Já está no final do processo,
322 já está na Assembléia, mas de qualquer maneira uma proposta, que seja oportunizada condições para que
323 os Conselheiros, enfim, a sociedade com as suas organizações pudessem acompanhar isso para poder
324 encaminhar as suas demandas. Obviamente, a gente sabe que o PPA é uma questão de Governo, mas
325 considerando que também são ações de Estado, eu acho é importante que nós possamos em outra
326 oportunidade representar essas demandas que vêm sendo levantadas. **Sr. Presidente:** Eu sugiro que tu
327 encaminhes isso como moção em Assuntos Gerais, porque antes do encaminhamento do planejamento
328 orçamentário da Secretaria seja apresentado, trazido ao conhecimento do CONSEMA. **Sr. Valtemir**
329 **Goldmeier:** Boa-tarde a todos. Na verdade, fomos nós que solicitamos, gostaria de agradecer a
330 apresentação da Secretaria de Planejamento. Nós entendemos que a apresentação é a contento do que
331 esperávamos, só para que o Conselho venha a analisar, eu entendo que pudesse haver uma maneira de
332 repassar a apresentação aos Conselheiros, que o assunto retorne. Até porque agora temos que esperar que a
333 Assembléia Legislativa aprove, não é certo que o orçamento vai ser aprovado este ano. A primeira coisa
334 que não temos que saber é se isso vai ser aprovado, aí em uma das reuniões do ano que vem nós
335 poderíamos pautar. Agora, eu não me sinto em condições de discutir esse assunto, tomando conhecimento
336 dele neste momento e nós fazermos uma discussão prolongada sobre ele. Então, eu entendo que o assunto
337 deveria retornar em uma reunião futura, que a gente possa até evoluir no sentido de fazer uma proposta do
338 Conselho a ser encaminhado à Secretaria, que encaminhei à Secretaria de Planejamento. **Sr. Tiago**
339 **Castagnetti:** Todos aqui conhecem o site do CONSEMA? Vocês podem acessar dentro da Secretaria do
340 Meio Ambiente, onde diz CONSEMA e CRH, vocês vão ver que tem um lugar onde diz “calendário e
341 pautas”. Ali é onde eu vou deixar, na pauta de hoje ainda não está esse arquivo, mas ao final da reunião já
342 vai estar disponível. Aí eu não preciso ficar enviando para os e-mails das pessoas, que às vezes está cheia
343 a caixa, ou o arquivo é pesado. **Sr. Presidente:** Podemos dispensar os nossos colegas da Secretaria de

344 Planejamento? Mais alguma pergunta? **Sr. Valtemir Goldmeier:** Faltou só uma dúvida. Na verdade, uma
345 dúvida que todos nós que somos leigos em orçamento, discutir orçamento para nós que não somos da área
346 de contabilidade é algo quase impossível. Uma das lâminas que eu gostaria que a Secretaria acrescentasse,
347 fosse uma lâmina de todo o orçamento do Estado, colocando todas as secretarias e a porcentagem que vai
348 ser destinada para o meio ambiente. Na verdade, eu não consegui decifrar isso na apresentação, eu cheguei
349 à conclusão olhando os números, considerando que o orçamento do Estado é em torno de 20 milhões, 20
350 milhões são para o meio ambiente. É o que eu deduzi, mas não vi isso nas lâminas. **Sr. Presidente:** Mais
351 alguma questão? Então, queremos agradecer à presença dos representantes da Secretaria de Planejamento
352 e Gestão, pela gentileza no atendimento. Transmitam também esse agradecimento ao Secretário Ariosto
353 Culau. Na Ordem do Dia, a Habilitação de Municípios, que será apresentado pelo Pieper. Nós temos a
354 presença de representante do Município do Município de Bento Gonçalves, o Dr. Volnei. Como tem sido
355 de praxe, que em havendo interesse do representante do município e se manifestar a respeito do seu
356 pedido de licenciamento, para fins de qualificação, será oportunizada a manifestação. A Prefeita de
357 Almirante Tamandaré, prazer em tê-la aqui, se também quiser se manifestar, fique à vontade. Também o
358 Prefeito de Santa Maria do Herval, todos terão oportunidade de se manifestar. **4. Habilitação de**
359 **Municípios. Sr. Niro Afonso Pieper:** Boa-tarde a todos. Vamos pela ordem, Almirante Tamandaré é um
360 pequeno município da região do planalto médio, a população é de 2.500 habitantes, aproximadamente,
361 uma área territorial de 165.000m². A estrutura municipal, é constituída de cinco secretarias, entre as quais
362 uma delas é a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, onde está
363 contido o Departamento Ambiental e onde atua o licenciador, que nesse acaso é um arquiteto, o fiscal,
364 apoiados por uma equipe, uma empresa de consultoria ambiental com dois engenheiros agrônomos,
365 técnico em estadas, dois biólogos e um geólogo, um engenheiro químico, um engenheiro civil e um
366 advogado. A base econômica desse município, até pela sua localização, é a agricultura, sendo produzido
367 soja, milho e trigo com alguma fruticultura. A pecuária com suínos, a bovinocultura de corte e de leite e a
368 criação de aves nessa ordem. Indústrias, aqui não aparece, mas é uma de cada, é um abatedor de suínos,
369 uma fábrica de embutidos e uma indústria da área de confecções. Claro, aí não é uma listagem exaustiva,
370 mas não muito mais do que isso até o momento. Principais impactos ambientais, é uma lista, pelo que
371 conheço o processo não é de muita gravidade, mas são citados: desmatamento, drenagem em áreas de
372 várzea, dejetos gerados na suinocultura e na atividade leiteira, as embalagens vazias de agroquímicos, a
373 açudagem, resíduos gerados pela indústria, cascalheiras, resíduos sólidos, resíduos gerados na manutenção
374 de máquinas da própria Prefeitura e resíduos sépticos dos postos de saúde. Programas e projetos:
375 programa de destinação de resíduos sólidos com o programa de coleta seletiva dos resíduos domésticos,
376 urbano rural; projeto de ambiental, projeto de postagem, projeto de devolução de barragens de
377 agrotóxicos, que funciona razoavelmente no Rio Grande do Sul; programa de conservação de solos, com
378 projetos de recomposição florestal nas margens dos rios, banhados e córregos; projeto de conservação de
379 solos e microbacias e projeto da criação de unidade de conservação; programa municipal de licenciamento
380 ambiental, um projeto de cadastramento das atividades e capacitação; um programa de monitoramento
381 ambiental e o programa de saneamento urbano e rural do respectivo projeto. Como é de praxe nós
382 trazemos aí as pendências, o que ficou o município de providenciar ainda, sendo que dentro da comissão
383 ficou ainda o zoneamento ambiental como faltante, ainda recomendações da Câmara Técnica da revisão
384 de atributos de vegetação, um projeto de reciclagem de resíduos e uma educação ambiental mais
385 abrangente do que estava descrito. O processo foi aprovado na Câmara Técnica por unanimidade. **Sr.**
386 **Presidente:** Eu consultaria, vamos fazer a apresentação em bloco? Tem uma proposta do Conselheiro
387 Duarte da apresentação em bloco dos três municípios, quem é a favor da apresentação em bloco?
388 Conselheiro, eu pediria para reconsiderar a sua posição para oportunizar que a Prefeita possa se manifestar
389 sobre o seu município. O senhor concorda? Ok, obrigado. Por gentileza, a senhora tem 3 minutos no
390 máximo para se manifestar. **Sra. Sandra T. Lebben:** Eu gostaria de cumprimentar o Secretário, o Sr.
391 Pieper, que nos acompanha, cumprimentar os Conselheiros e Conselheiras, nossos colegas e companheiros
392 de outros municípios que também estão aqui. Eu quero dizer que o meu município é a “terra do gaitaço”,
393 onde nós reunimos no mês de abril do ano passado 834 gaiteiros debaixo do lonão, juntamente com a feira
394 municipal. É importante para nós, porque é um destaque em nível de Estado, também de Brasil, estávamos
395 até no Guinness Book, onde ficamos por um bom espaço de tempo, até que outro município conseguiu nos
396 adiantar o número, mas nós pretendemos em abril realizar novamente o evento, porque trás pessoas de
397 vários municípios para a nossa região. Desde o mês de julho, Sr. Presidente, estamos com idas e vindas, o
398 município está pronto agora, porque realmente trabalhamos bastante, tanto nós como aqui na SEMA não
399 ficou papel na gaveta, isso é muito importante, é de se esperar e dar destaque. Tanto no nosso município
400 quanto aqui as decisões foram tomadas e foram rapidamente executadas. Então, só temos a agradecer por

401 isso. Estivemos na Câmara Técnica também, tivemos debates acalorados, a Conselheira também estava, eu
402 até disse para o senhor Pieper que quando as mulheres se juntam não é fácil. E nós queremos a
403 municipalização porque acreditamos que diante da nossa realidade não existe outro caminho que não seja
404 esse. Com certeza um município pequeno pode começar bem. Nós estamos na segunda gestão, com o
405 apoio da comunidade, com o apoio da gestão pública nós teremos o município que nós queremos que seja
406 como modelo para as futuras gerações. Muito obrigada. **Sr. Presidente:** Algum esclarecimento por parte
407 da Plenária? O Dr. Edmundo e o Paulo Brack. **Sr. Edmundo Fernandes da Silva:** Boa-tarde. Presidente,
408 ma sugestão apenas. Quando nós assumimos agora a Secretaria de Infra-Estrutura e Logística nós
409 desenvolvemos um trabalho junto com a SULGAS, que é o aproveitamento de dejetos de suínos, são
410 sobras dos suínos, hoje temos um plano piloto. Nós já estamos obtendo excelentes resultados, inclusive,
411 para abastecer um posto e gasolina, um posto de GNV. Os senhores podem nos procurar na Secretaria,
412 ou na própria SULGÁS. **Sr. Paulo Brack:** Quero fazer uma consideração em relação à equipe responsável
413 pelo licenciamento ambiental. Eu não participei da última reunião, inclusive, tem a questão a Resolução
414 004, que foi modificada, já em outro número, mas eu acho que de qualquer maneira tem algumas questões.
415 Por exemplo, no caso do responsável pelo licenciamento ambiental, depois o responsável pela
416 fiscalização, um servidor, e a equipe é de uma empresa. Eu fico preocupado com a questão da
417 biodiversidade, como o município vai gerenciar a biodiversidade, se nós não temos técnicos na área do
418 licenciamento da própria Prefeitura em relação a esse tema. Então, eu fico preocupado com isso, não sei o
419 quanto eu poderia ter esse esclarecimento. **Sr. Presidente:** Tem que ser esclarecido. **Sr. Valtemir**
420 **Goldmeier:** Mais uma vez sou obrigado a manifestar sobre esse tema. Não é para rebater o que o Paulo
421 está colocando, mas considerando a realidade dos nossos municípios, se nós fizemos uma quantificação,
422 como nós fizemos nos últimos meses, o próprio Pieper divulgou, o Estado do Rio Grande do Sul hoje está
423 trabalhando em municípios, nós temos mais de quinhentos técnicos de nível superior atuando na área
424 ambiental. Então, o fato da pessoa estar vinculada através de um concurso público ao município, ou estar
425 prestando um serviço através de uma empresa, dentro de um determinado processo de licenciamento
426 ambiental, nós entendemos que a proteção vai haver, até porque a equipe dessa empresa que o município
427 contratou, que na sua equipe multidisciplinar possui um engenheiro de segurança, um engenheiro
428 agrônomo, um técnico de estradas, duas biólogas, um geólogo, um engenheiro químico, um engenheiro
429 civil e um advogado, esse pessoal emite uma anotação de responsabilidade técnica sobre o contrato que
430 presta o município. Portanto, Paulo, e entendo que o ideal é que nós tivéssemos todos concursados, mas,
431 lamentavelmente, nós também temos que entender a demanda. Provavelmente, esse município era uma
432 demanda inferior a 50, a 70 processos por ano. E vocês vão entender que manter uma equipe
433 multidisciplinar para atender 50 processos por ano, isso significa algo em torno de 8 processos por mês.
434 Isso é inviável economicamente. Então, no sentido de proteger os municípios a gente entende que o
435 município tem que ter uma estrutura mínima, aí envolve a fiscalização e a fiscalização a gente defende
436 sempre que sejam servidores públicos. Nós entendemos que à luz da legislação vigente o município está
437 atendendo. **Sr. Presidente:** Eu acho que uma das preocupações está resolvida quando se tem a presença de
438 dois biólogos. Eu só acrescento o seguinte: dando uma olhada ontem, tem dois erros no parecer, que
439 são erros materiais, um fala em habilitação e a outra se referia à Resolução n.04. Tecnicamente foi
440 aprovado pelo CONSEMA, só vamos fazer a corrigenda com a qualificação do município. **Sr. Flávio**
441 **Lewgoy:** Eu quero cumprimentar rapidamente os Conselheiros nesta minha volta ao Conselho, dizer que
442 me sinto satisfeito com a volta a Casa, este Conselho que ajudei a construir. Então, de certa forma estou
443 em casa, mas o caso é o seguinte: essa questão da municipalização, que ninguém pode ser contrário, mas
444 há problemas que têm que ser considerados, lias, já fora abordados no início. É sabido que está havendo
445 uma fracionamento, um subfracionamento dos municípios, a ponto de haver municípios como este, nada
446 contra, mas que tem uma população minúscula, mas não é esse o problema, o problema é que eles
447 integram outros municípios e esses municípios fazem parte de uma microrregião onde há um uso comum
448 de recursos de atividades econômicas, de suinocultura, de silvicultura, até algum tipo de agricultura, e
449 problemas de impacto também. Então, na época se sugeriu que esses municípios de microrregiões, ou até
450 de macrorregiões se unissem formando consórcios para que esse assessoramento fosse parte da gestão
451 ambiental dos municípios. Isso economizaria recursos, teria-se uma gestão de qualidade, provinda de
452 funcionários concursados, que prestariam serviço a esses consórcios. Parece-me que essa terceirização não
453 é feliz, ela gera conflitos de interesses, porque essas empresas prestam outros tipos de serviços e esses
454 outros serviços vão entrar em rota de colisão com aqueles que muitas vezes fazem parte dos processos.
455 Então, por esse motivo vou votar contra esse licenciamento. **Sr. Presidente:** Mais algum questionamento?
456 Podemos colocar em votação? Em votação o processo de qualificação de Almirante Tamandaré para o
457 licenciamento das atividades de impacto local. Com o nosso tradicional cartão de votação, por favor, quem

458 for a favor que se manifeste. Dezoito votos. Manifestações contrárias à qualificação. Dois votos
459 abstenções? Aprovado. O próximo processo é do Município de Bento Gonçalves. Relate com brevidade,
460 por favor. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Bento Gonçalves é um município que por si só representa 1% da
461 população. Então, é um pouco mais relevante se nós considerarmos a população. Ela tem mais de 100 mil
462 habitantes e uma área territorial de 382m², fica na região dos vinhedos, conhecida como encosta superior.
463 A administração municipal é de treze secretarias, no caso de Bento Gonçalves uma Secretaria exclusiva de
464 Meio Ambiente. O corpo técnico é composto por um engenheiro florestal, designado como licenciador,
465 três fiscais, uma equipe multidisciplinar de um engenheiro florestal, três fiscais e um geólogo, são os que
466 estão relacionados, com certeza há outros. A base econômica, é conhecida como a “cidade dos móveis”,
467 então, é exatamente os móveis. Deixamos de entrar em maiores detalhes, mas trazemos o destaque, que é
468 uma das dez maiores economias, com um PIB de 2 bilhões e 15 milhões de reais, com uma renda percapta
469 de 21 mil reais. Os principais impactos apontados no plano ambiental: a mineração, o desmatamento de
470 agricultura, indústria como um todo, a erosão e a qualidade do ar. Eu quero aproveitar e dizer que a
471 Secretaria recomenda e estimula o associativismo municipal, mas forçar isso seria interferir na autonomia.
472 Muito se tem experiência de consórcios, além de Almirante Tamandaré, isso realmente dá uma certa
473 padronização nos procedimentos regionais, mas não podemos trabalhar isso de uma forma impositiva.
474 Programas e projetos: controle ambiental, projeto de criação de um jardim botânico, Projeto Agentes
475 Mirins, Agentes Ecológicos e Programa a Vida em Nossas Mãos, projeto de recuperação do aterro
476 sanitário, a criação e uma estação de transbordo, projeto de destinação de resíduos sólidos urbanos, coleta
477 de lixo domiciliar, arborização urbana, o plano diretor de esgoto, plano municipal de proteção de bacias e
478 acúmulo de água para consumo humano e manutenção das vertentes, projeto de execução do próprio cano
479 diretor e o programa de combate ao mosquito-borrachudo. Tem outros programas em andamento. As
480 pendências são oriundas já do parecer da Relatora q seria a inclusão de subprojeto específico dos arroios
481 Pedrinho e Barracão, um plano de saneamento em si, haja vista a situação deles, até por instigação da
482 Relatora, dos arroios, e apenas o diagnóstico solicitou um projeto específico, mas isso já deve ter sido
483 providenciado. A complementação de mapas de zoneamento ambiental no prazo de 180 dias e uma
484 recomendação da Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, da criação de unidades de conservação. Eu
485 lembro bem da discussão lá de não se ater à criação do jardim botânico. Foi aprovado por unanimidade.
486 **Sr. Presidente:** Eu oportunizaria a palavra ao Dr. Volnei, Secretário do Meio Ambiente. **Sr. Volnei**
487 **Tesser:** Primeiramente, quero cumprimentar aqui ao Francisco, Presidente da Mesa, cumprimentar ao
488 Pieper, quem tem sido um grande incentivador também para que os requisitos sejam apresentados com
489 brevidade. Cumprimentar ao Valtemir também, representando aqui os prefeitos, a FAMURS, os
490 Conselheiros. Dizer que é uma satisfação muito grande estarmos hoje com os requisitos todos em dia,
491 pedindo apoio os Conselheiros para que o município possa estar habilitado para fazer os trabalhos de
492 municipalização local. Nesta nova administração entendemos tratar o meio ambiente com dedicação e
493 amor, e é importante que os municípios habilitem com seriedade. O meu agradecimento e muito obrigado.
494 **Sr. Presidente:** A palavra esta à disposição dos senhores conselheiros. **Sr. Paulo Brack:** Mais uma vez a
495 gente verifica a presença de empresas fazendo o licenciamento, eu acho que desvirtua. E a questão
496 também de conflito de interesses. Eu acho que até seria importante que essas empresas contratadas
497 tivessem que assinar os técnicos, porque eles não participam de nenhum tipo de empreendimento naquele
498 homicídio também. Obviamente, eles não trabalham 8 horas por dia, devem trabalhar nas suas atividades
499 privadas também. Nós gostaríamos que até nesse caso, e nos demais, enquanto não houver uma
500 regularização de concursos, equipes concursadas, que pelo menos esses técnicos assinassem a inexistência
501 de conflito de interesse em relação a outras atividades que, eventualmente, eles possam vir a exercer e que
502 poderia ter algum tipo de atividade, empreendimentos que possam ter de impacto local. Então, uma
503 questão que eu acho importante, gostaria até de perguntar em relação à biodiversidade, se existem planos
504 de zoneamento previstos em relação à questão de que nós tenhamos áreas preservadas como zoneamento,
505 como áreas que vai haver maior restrição urbana, industrial. Enfim, que nós tenhamos algum plano que
506 desse prioridade às áreas conservadas no município. **Sr. Presidente:** A informação qualificada seria do
507 Secretário do Meio Ambiente, mas tenha a bondade. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Na verdade há um
508 equívoco, eu desconheço que exista equipe terceirizada no Departamento de Meio Ambiente, o relatório
509 não traz isso. **Sr. Volnei Tesser:** São profissionais concursados, se falar algum profissional se fará algum
510 convênio com a universidade, possivelmente de Caxias do Sul. É importante salientar que nós temos, pela
511 primeira vez, um plano ambiental rural, onde o Município de Bento Gonçalves nisso. Nós temos visto de
512 épocas passadas loteamentos liberados irregularmente e hoje restringimos a questão do distanciamento de
513 50 e 100 metros para construções em arroios. Então, foi uma medida que a gente tomou, nós queremos
514 resguardar os arroios e o meio ambiente do nosso município. **Sr. Valtemir Goldmeier:** A minha

515 manifestação, Senhores Conselheiros, é no sentido de cumprimentar o município pela tomada de decisão,
516 de buscar a municipalização, porque eu estive acho que umas dez vezes no município tentando convencer
517 o Prefeito da importância de municipalizar o meio ambiente. Na verdade, a ascensão do município no
518 licenciamento gera a transformação desse município como, efetivamente, um ente do sistema. Uma das
519 maiores preocupações que a nossa Entidade tem é ter um sistema nacional de meio ambiente e um sistema
520 estadual de proteção ambiental. Então, eu gostaria de fazer essa manifestação e gostaria de colocar que no
521 caso de Bento Gonçalves, pessoalmente assisti a uma série de coisas e verifiquei uma série de coisas do
522 município. O município, inclusive, possui um instituto de planejamento, que foi, na verdade, instituído aos
523 moldes da METROPLAN. Então, hoje o município conta com o instituto de planejamento. Aqui e vou
524 contar para vocês, porque as coisas não caem do céu, o Dr. Cláudio Dilda, que era Secretaria Municipal de
525 Planejamento que ajudou a fundar o Instituto de Planejamento de Bento para apoiar o município nessas
526 ações. Fora isso, também fazer uma manifestação, o Secretário Municipal é servidor público e é uma
527 exceção, é difícil a gente ter um Secretário Municipal da área e ainda mais concursado. É o caso do
528 Volnei, que é servidor público municipal e é concursado. E quanto à necessidade de alguns programas
529 adicionais que foram aí colocados, nós concordamos, e mais, o Município de Bento está com o seu
530 convênio com a CORSAN terminando em outubro de 2008. Segundo a lei federal que rege o saneamento,
531 para haver a renovação desse convênio ou dessa concessão, há necessidade do município implantar o seu
532 plano municipal de saneamento. Portanto, uma série de programas que vão interferir no meio são nossas
533 preocupações, que é o problema da água, das vertentes, e o problema do esgoto vai ter que entrar agora
534 nesse plano municipal de saneamento. Depois dessa fase, eu já estive com o Secretário, já estive também
535 com o Prefeito e eles estão cientes da necessidade de fazer um plano de saneamento, senão, se o município
536 conveniar ou conceder adiante a sua concessão para a CORSAN, ela é nula. Portanto, isso vai ser
537 necessário ser desenvolvido. Era essa a manifestação. **Sr. Presidente:** Mais alguma observação? Podemos
538 partir para a votação? Então, em votação o processo de Bento Gonçalves, visando a sua qualificação para
539 o licenciamento ambiental de atividades de impactos locais. Quem estiver a favor se manifeste com o seu
540 cartão de votação. Vinte votos. Votos contrários? Abstenções? Nenhum. Uma abstenção. **Aprovado. Sr.**
541 **Paulo Brack:** Só uma questão aqui. **Sr. Presidente:** Eu também quero colocar que há dois erros matérias,
542 um que se referia a Resolução nº 04 e a nomeação de habilitação. Isso será resolvido. **Sr. Paulo Brack:**
543 Desculpe, nessa votação anterior, está aqui a equipe técnica pertencente ao Instituto Solo, com os
544 seguintes profissionais, aí está “Valtemir Goldmeier”, não sei se seria o Conselheiro. É o senhor? Esse
545 instituto foi contratado pela Prefeitura? **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sim. **Sr. Paulo Brack:** Então, poderia
546 votar? Isso não seria conflito de interesse? **Sr. Presidente:** Não se absteve o Conselheiro, mas também
547 pode constar em ata o impedimento do Conselheiro Valtemir. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Nem abstenção e
548 nem votação. **Sr. Presidente:** Já foi ultimado o processo de votação, dentro de qualquer regra de processo
549 civil, processo penal, as alegações são anteriores a qualquer processo tomado de compromisso, ou votação
550 pelo Plenário do júri, que no nosso caso é a Plenária. Nesse caso, se o Conselheiro Valtemir, eu somei
551 aqui e tivemos 20 votos favoráveis, uma abstenção e nenhum contra, se ele manifesta agora o seu
552 impedimento não vai deslustrar, já está votado, já está resolvida a matéria. Eventuais casos de
553 impedimento, ou incompatibilidade deveriam ser suscitados previamente por alguns dos Conselheiros, ou
554 pelo próprio Conselheiro, que se desse como impedido. Como já foi ultimado o processo de votação, não
555 vai ser invalidado, não há causa de invalidação, até porque eventual reconhecimento vai ser constatado em
556 ata e não há prejuízo. Então, e apreciação o terceiro processo, que é de Santa Maria do Herval. **Sr. Niro**
557 **Afonso Pieper:** Vamos ao último município em pauta, que é Santa Maria do Herval, é na encosta da serra
558 gaúcha, entre o Morro Reuter e Gramado, parte asfaltada, parte de estrada não pavimentada, mas de boa
559 trafegabilidade. Então, seria tranquilo fazer uma visita e conhecer o município. O município tem quase 6
560 mil habitantes e uma área territorial de 139Km². A estrutura voltada ao setor ambiental, está inserido na
561 Secretaria da Saúde e Meio Ambiente. O licenciador é uma arqueóloga, o fiscal é concursado, uma equipe
562 multidisciplinar, que é formado por uma bióloga, um engenheiro civil, um engenheiro agrônomo e uma
563 médica. A base econômica é a agricultura, entre os principais produtos está a batata-inglesa, são citados
564 também o milho, feijão, frutas, verduras, plantações de acácia. Na pecuária são bovinos, suínos e vacas de
565 leite. Na indústria o vestuário, calçados, serrarias, gêneros alimentícios, incluídos matadouros com
566 fabricação e embutidos. Os principais impactos ambientais são o saneamento, os resíduos sólidos, os
567 resíduos da avicultura e poluição atmosférica. Tem uma referência aqui, às queimadas são bem pontuais e
568 sazonais de determinada época, que é que a queimada do rebrote da acácia-negra. Os programas e
569 projetos: projeto de formação de educadores ambientais, projeto de implantação de sistema de saneamento
570 básico, programa de monitoramento da qualidade da água para o consumo humano, programa de
571 conscientização ambiental para o uso correto de agrotóxicos, programa de regularização das atividades

572 poluidoras, que é o próprio licenciamento ambiental, o projeto de arborização, o Projeto Cidade Limpa,
573 coleta seletiva de lixo, programa de combate ao borrachudo e à dengue, e o programa de controle de
574 zoonoses. Instalação no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, é outro projeto inserido no
575 plano. Ainda há outros propostos a serem implantados em dois anos, mas ainda sem o planejamento
576 completo. Projeto de educação ambiental, tratamento de esgoto sanitário, controle da água para
577 abastecimento rural e humano, controle do uso indiscriminado de agrotóxicos, a regularização de
578 atividades com potencial efetivamente poluidoras, licenciamento ambiental, arborização urbana Projeto
579 Cidade Limpa. Eu estou vendo que está bastante repetido, alguns deles devem ter sido transformados. E as
580 pendências fazer referência explícita aos mapas de zoneamento, que, inclusive, há uma observação que o
581 próprio Prefeito fez na Câmara Técnica. Na verdade, a contratação está atrasada de mapas porque o
582 município enfrenta um conflito de limites, de divisas e não tem porque fazer um investimento, a não ser
583 que não se resolva o conflito, que estava por se resolver. Na comissão nós tínhamos estabelecido 90 dias,
584 mas com essa informação nova passou-se ao padrão de 180 dias. Foi aprovado por unanimidade. **Sr.**
585 **Presidente:** Eu concedo a palavra ao Senhor Prefeito, no máximo 3 minutos também. **Sr. Prefeito de**
586 **Santa Maria do Herval:** Boa-tarde a todos. Eu gostaria de saudar o Sr. Presidente, assim como o Niro
587 Pieper, da Câmara Técnica, assim como os demais Conselheiros. Dizer que a preocupação de Santa Maria
588 do Herval, depois de 18 anos de emancipação, foi municipalizar o meio ambiente. Também no sentido de
589 colaborar com a Secretaria do Meio Ambiente para poder licenciar projetos de impacto local e dar mais
590 agilidade a esses projetos. Nesse sentido nós encaminhamos os nossos documentos, foi aprovado por
591 unanimidade e por isso estamos hoje aqui, assim como Almirante Tamandaré e Bem Gonçalves. Muito
592 obrigado, **Sr. Presidente:** A palavra está à disposição, Senhores Conselheiros. Nenhuma manifestação.
593 Podemos votar? Em regime de votação o pedido de qualificação do Município de Santa Maria do Herval
594 para o licenciamento das atividades de impacto local, quem for favorável que se manifesta com o cartão de
595 votação. Vinte votos a favor. Alguém contra? Ninguém. Abstenções? Também não. Aprovado por
596 unanimidade, Sr. Prefeito. Parabéns! Agora vamos para o quinto item da Pauta. Hoje será apresentado
597 somente um recurso, pelo Capitão Endrigo, em razão do Conselheiro Germano ter justificado a sua
598 ausência. Por favor, Relator, o Capitão Endrigo. **5. Recursos Administrativos. Sr. Endrigo Silva:** Sr.
599 Presidente, prezados membros do CONSEMA, primeiramente, é uma grande satisfação para mim estar
600 aqui hoje. Não faz parte das minhas rotinas a sustentação oral. Então, eu peço de antemão escusas por
601 qualquer eventualidade. Eu estava refletindo a respeito desse processo, nós discutimos exaustivamente na
602 Câmara Técnica de Recursos Administrativos e antes de entrar no mérito do julgamento, gostaria de fazer
603 uma reflexão a respeito da importância desse julgamento. Toda questão ambiental, se nós formos fazer
604 uma análise é um fato muito recente, é considerada hoje dentro dos direitos difusos como direito de
605 terceira geração. Por quê? Retrocedendo um pouco, fazendo um pequeno parêntese, com a Revolução
606 Francesa nós tivemos a implosão da Revolução Hamburguesa, de onde saíram os três ideais que foram
607 estudados na escola: liberdade, igualdade e fraternidade. Ali nós tivemos aquela explosão de cultura
608 revolucionária na França, que se espalhou pelo mundo. E nós sabemos que dos três princípios nós tivemos
609 só a liberdade, o nome da liberdade sob todos os aspectos. Nós não tivemos igualdade, porque na França,
610 na época, continuou-se cada vez mais pobre. Teve um momento na história que nós tivemos a Revolução
611 Russa, fazendo uma análise contextual de um artigo que eu li recentemente, somente na Revolução Russa
612 que nós tivemos dentro do mundo jurídico os direitos trabalhistas, previdenciários e outros que fazem
613 parte do nosso ordenamento jurídico hoje. Somente após a II Guerra Mundial que eles aparecem, para os
614 senhores terem uma noção do quanto é novo, porque até 1940 nós não tínhamos noção em âmbito mundial
615 do que era direito do meio ambiente, tínhamos uma noção muito minúscula do que seria proteção ao meio
616 ambiente. Fazendo uma analogia com o mundo jurídico e com o Poder Judiciário, nós seríamos um
617 Superior Tribunal de Justiça. Assim eu vejo a importância que tem a decisão dos senhores, porque
618 administrativamente ela gera um precedente e nós temos que ter esse cuidado quando foros fazer esse
619 parecer. E a Câmara Técnica tem o dever de assessor os senhores nesse sentido. Nós temos que ter uma
620 segurança jurídica de não criarmos precedentes, precedentes onde na nossa legislação, no momento em
621 que emitimos o nosso parecer a cerca de um fato. Então, nós tivemos, por exemplo, nesse caso em
622 concreto, o julgamento do agravo, Processo Administrativo 43370567/01-7. Eu vou fazer uma pequena
623 leitura do julgamento que está sendo submetido à apreciação dos senhores, para os senhores terem uma
624 idéia do ponto em que eu quero chegar e porque eu fiz essa reflexão histórica. Objeto: “Trata-se do agravo
625 administrativo impetrado pela Empresa Montecarlo Indústria de Bebidas, no Município de Flores da
626 Cunha, quanto ao Auto de Infração nº 251, da FEPAM”. A aludida empresa foi autuada por: 1 – Não
627 possuir o devido licenciamento da FEPAM quanto a ampliação da área possuída e o início de nova
628 atividade; 2 – Lançamento de efluentes líquidos sem o tratamento adequado; 3 – Queima de resíduos, com

629 a conseqüente geração e emissões nocivas ao meio ambiente. Da legislação infringida: art. 225, parágrafo
630 III, da Constituição Federal de 1988, art. 250 e 251 da Constituição Estadual de 1989, art. 17 do Decreto
631 Federal 99.274/90, art. 4 da Lei Estadual nº 7.488/81, art. 44 do Decreto Estadual 3.189/99 e a Resolução
632 CONSEMA nº 06/99”. Senhores, eu trouxe comigo, para subsidiar melhor a votação dos senhores, até
633 porque não faz parte da nossa rotina o ramo que os senhores trabalham, essa contextualização da
634 legislação. Então, vou fazer a leitura dos artigos para facilitar a compreensão dos senhores do que foi
635 enquadrada essa empresa. O art. 225, parágrafo III, da Constituição Federal de 1988: “Todos têm o direito
636 ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade
637 de vida. Impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar para o presente e
638 futuras gerações. Parágrafo III – As condutas e atividades consideradas desiguais o meio ambiente
639 sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as ações penas e administrativas, independentemente
640 de reparar os danos causados”. Falando, primeiro, da Constituição Federal, o art. 225 nos remete ao que
641 eu falei anteriormente, ao direitos de terceira geração, porque um meio ambiente saudável nos remete a
642 uma visão de futuro, uma visão de tempo, onde nós temos como princípio a preservação do meio ambiente
643 para futuras gerações. Quando da Constituinte de 88, onde foi realizada a nossa Carta Magna, nós tivemos
644 dentro do nosso ordenamento jurídico, quando trata das emendas constitucionais, isso não está aqui nos
645 autos, trata das cláusulas pétreas. Dentro das cláusulas pétreas, que são pontos da Constituição imutáveis,
646 são pontos que ninguém pode propor uma emenda que venha a abolir determinados pontos. No inciso IV é
647 vedada a proposta que venha a abolir princípio individual fundamental, o texto eu não me lembro, mas o
648 que acontece? Na verdade, é vedado qualquer emenda que venha alterar os direitos fundamentais do art. 5.
649 Nós fizemos uma análise do art. 6, direitos sociais, direitos da terceira geração; ou seja, o art. 225 é um
650 princípio constatado para nós frágil, porque juridicamente ele ainda não está abrangido como uma cláusula
651 pétrea. Por isso eu digo aos senhores da importância das decisões tomadas tanto em âmbito penal, em
652 âmbito administrativo, de consolidarmos as idéias de preservação do meio ambiente. **Sr. Presidente:**
653 Encaminhando a conclusão, por favor. **Sr. Endrigo Silva:** Não vou-me estender. A Constituição Estadual,
654 como eu falei, no seu art. 250 e 251, remete-nos ao seguinte: “Art. 250 – O meio ambiente é bem de uso
655 comum de todos, e a manutenção do seu equilíbrio é essencial à sadia qualidade de vida”. Na verdade, ela
656 transcreve a Constituição Federal. Então, seguindo, até para os senhores terem uma idéia da legislação,
657 vou continuar no julgamento e vou fazendo remissões na legislação. A penalidade, sobre essa conduta
658 delituosa que a empresa cometeu, foi submetida a uma multa no valor de 8 mil reais. Item 5, advertência,
659 além da multa foi aplicada uma advertência a essa empresa, que caso ela viesse a descumprir alguns
660 quesitos incorreria em uma multa também de 50 mil reais. Então, são cinco itens que o agente autuador da
661 FEPAM colocou como advertência a fim de corrigirem as situações. Um dos itens da legislação infringida,
662 como os senhores viram, é o Decreto Federal nº 3.179/99, art. 44: “Construir, reformar, ampliar, instalar
663 ou fazer funcionar em qualquer parte do território nacional estabelecimentos, obras ou serviços
664 potencialmente poluidores, sem dispensa ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou
665 contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes. Multa de 500 reais a 10 milhões”. Se os
666 senhores analisarem, 8 mil reais, eu não sei, imagino que isso não daria nem 2% do que poderia ser a
667 multa. No caso, ele não tem uma repercussão para chegar a esse nível, mas para os senhores terem uma
668 idéia. Das considerações gerais, na verdade, eu ou um oficial da Polícia Militar, não sou um perito
669 ambiental para fazer atestados quanto à perícia técnica ambiental. Então, assim como um juiz quando tem
670 necessidade de buscar uma prova técnica, nós temos uma técnica da FEPAM que atestou que a atividade
671 dessa empresa é altamente poluidora. Então, se nós analisarmos a autuação do agente com o texto legal,
672 fazendo uma conexão, realmente, os fatos se encaixam, onde nós temos o enquadramento do fato dentro
673 do texto legal. Então, não nos resta dúvida, das considerações sobre a defesa, encaminhando para a
674 conclusão. “Quanto ao mérito do auto de infração que a empresa alega, do Auto de Infração 251 da
675 FEPAM, levantando em questão da competência do agente autuador, referente as suas atribuições e
676 poderes fiscalizatórios, declaro que tais atribuições, sendo a parte legítima para a fiscalização”. Isso nós
677 temos na Constituição do Estado, como temos o rol de órgãos que são autorizados a fazer essa
678 fiscalização, onde incide o agente da FEPAM. “Quanto ao alegado das relações legais apontadas não
679 foram de grande monta, a ponto de ensejar tamanha penalidade no que culminou com a multa de 8 mil
680 reais, declaro que o valor estabelecido encontra guarida nos dispositivos legais mencionados no decorrer
681 do processo”. O percentual da multa, do mínimo para o máximo, é mínimo. “Quanto ao alegado do
682 afirmado que a afirmação exarada pelo autuador não foi exarada e nem demonstrou quais aspectos
683 culminaram por considerar a atividade da empresa poluidora, declaro que a multa aplicada refere-se aos
684 fatos narrados no Item II”. Aí nós fizemos uma remissão ao grande mestre Eli Lopes Meireles, um dos
685 grandes mestres de Direito Administrativo no Brasil, onde nós temos uma inversão do ônus da prova. Na

686 verdade, o simples fato do agente administrativo por si só é fundamentado, cabe ao autuado provar que
687 está errado, muito embora a empresa viesse a atender toda advertência, não incidindo na pena de 50 mil. O
688 pleito da empresa, na verdade, é que esse valor, os 8 mil aplicados na multa, fosse inserido dentro do valor
689 gasto. Eles alegaram que o valor gasto foi elevado, que veio a trazer alguns transtornos na empresa. Nós
690 na Câmara Técnica julgamos procedente a aplicação e incidente a multa de 8 mil, porque fazendo uma
691 análise de ordenamento jurídico, o que aconteceu nesse processo? A empresa tinha um processo. **Sr.**
692 **Presidente:** Eu não quero ser indelicado, mas o relatório foi feito, agora, retomar a justificativa de porque
693 se chegou a essa conclusão, aí nós vamos retornar à fase do relatório. Então, o senhor pode encaminhar
694 para a conclusão. **Sr. Endrigo Silva:** Então, decidimos dar por incidente a multa, até para evitar que fatos
695 dessa natureza venham a ser corriqueiros, que as empresas dos mais diversos ramos venham a tomar
696 determinadas decisões e contra ao ordenamento jurídico vigente, penal e administrativo. **Sr. Presidente:**
697 Alguém da empresa que esteja presente? O parecer foi pelo não-acolhimento do recurso, julgando
698 subsistente a aplicação da multa de 8 mil, não reconhecendo a multa mais elevada, em função da empresa
699 ter cumprido todas as advertências e não ter descumprido exatamente esse segundo comendo. Alguém
700 esclarecimento? Em votação, quem acolhe a decisão da Câmara Técnica, afastando a incidência da multa
701 de 50 mil, exatamente pelo cumprimento das advertências, torna subsistente a multa de 8 mil, em razão
702 disso está julgando procedente em parte o auto de infração? Dezessete votos. Quem rejeita o parecer da
703 Câmara Técnica? Nenhuma rejeição? Abstencões? Nenhuma abstenção. **6. Aprovação do Calendário**
704 **das reuniões do ano de 2008.** Em seguimento nós temos uma sugestão, até em razão do nosso ritmo de
705 trabalho. O art. 26, do nosso Regimento Interno, ele prevê que o calendário é deliberado pelo CONSEMA
706 na primeira reunião do ano. A Secretaria elaborou essa proposta de calendário que se submete à
707 apreciação dos senhores. Tiago, eu te consulto como Secretário Administrativo, o calendário atual, qual é
708 a última sessão do conselho. **Sr. Tiago Castagnetti:** A última sessão do CONSEMA está prevista para o
709 dia 20 de dezembro. **Sr. Presidente:** Mas na aprovação do calendário, seguramente, seguindo a norma,
710 deveria ter sido estabelecida a última em janeiro, fevereiro ou março. É uma situação peculiar. Se os
711 senhores entenderem que na nossa última sessão, em dezembro, poderemos deliberar sobre o calendário
712 do ano que vem, a contrário senso do disposto no Regimento Interno, por uma questão muito simples, se a
713 nossa última sessão é em dezembro, só caberá à Presidência do Conselho convocar uma sessão
714 extraordinária para que seja deliberado na primeira sessão, que será extraordinária em janeiro, para decidir
715 sobre o calendário do não de 2008. Os senhores gostariam de analisar, nós deixamos a reflexão e na última
716 sessão nós poderemos deliberar. Consulto o Plenário. **Sr. Paulo Brack:** Obviamente, em termos de datas,
717 não é a minha consideração, mas eu gostaria de fazer uma consideração em relação ao conteúdo da pauta,
718 porque eu acho que nós deveríamos, além de estarmos aqui reunidos para deliberar questões, mas acho
719 que deveríamos também se debruçar sobre questões maiores da política ambiental. Eu sinto essa
720 necessidade da gente fortalecer as políticas ambientais. Então, como sugestão, nós poderíamos ter um
721 prazo para pautar alguns temas, ver a relevância deles. E na próxima reunião ver se é possível, por
722 exemplo, ter na manhã alguns encontros que a gente possa deliberar ou discutir alguns temas das políticas
723 ambientais. Por exemplo, a questão dos fundos ambientais para nós é um tema importantíssimo, de
724 estratégia, inclusive, a Câmara Técnica parece que não está-se reunindo, mas é um tema que interessa a
725 todos, porque ela pode potencializar programas. Eu acho que essa questão dos fundos poderia vir a ter
726 debates em uma manhã, que nós pudéssemos trazer o pessoal do Ministério do Meio Ambiente, enfim,
727 pessoas ligadas a essa temática. Nós vemos a questão de como incrementar as demandas, que esses fundos
728 tenham transparência, digamos assim, sejam implementados de fato. O FUNDEFLO no ano passado, nós
729 tivemos a notícia, era de 8 milhões de reais, o Fundo Estadual do Meio Ambiente nós não sabemos quanto
730 é. Eu acho que no momento em que nós fizemos uma discussão sobre esses fundos, a gente poderia vir a
731 avançar em ações, porque existe uma demanda enorme que a gente não está conseguindo atender. **Sr.**
732 **Presidente:** Isso até foi ventilado na sessão passada, tem uma resolução de 2006, onde foram
733 estabelecidas as rubricas orçamentárias e limites de gastos do Fundo Estadual do Meio Ambiente, al tinha
734 bens, serviços, era um total de 1 milhão e 200 mil reais. Eu afirmo aos senhores que a Secretaria sempre
735 está à disposição, os Conselheiros são os mais legitimados a proporem as pautas. Então, exercendo a
736 Presidência hoje, eu afirmo, a manifestação do Paulo Brack é exatamente isso, os senhores fiquem bem à
737 vontade de sugerirem as pautas até em razão da necessidade de eventuais convites. Por exemplo, nós
738 temos a presença da Dra. Rosi, é importante nós sabermos as questões de obras, de saneamento, o
739 desenvolvimento e planejamento do Estado, nesse sentido. Então, nós não queremos e não temos a
740 intenção de ter o monopólio. Enfim, são várias contribuições da comunidade do Conselho, da comunidade
741 científica, da comunidade de ONGs, o braço militar, são coisas importantes. **Sr. Fábio Bueno:** Boa-tarde.
742 Eu fui indicado como suplente da AGAPAN, é a primeira reunião em que participo. Apenas sobre a

743 proposta de calendário, eu entendo que às sextas-feiras é sempre um pouco complicado, principalmente no
744 horário da tarde para pessoas como eu que tem atividades, porque na sexta-feira é quando se acumulam as
745 atividades. Torna-se um pouco inviável até pelo trânsito, esse tipo de coisa. Então, a minha sugestão
746 respeitosa à proposta, eu gostaria que se fosse, segunda-feira até fica bem, mas de sexta-feira ser
747 substituído pela terça-feira, poderia ser imediatamente anterior ou posterior. Eu não sei se isso tem a ver
748 com o calendário de atividade dos membros da SEMA. **Sr. Presidente:** Os funcionários que contribuem
749 com o Conselho têm que cumprir caga horária e os representantes tem o dever, os indicados, a
750 comparecerem. **Sr. Tiago Castagnetti:** Essa previsão é em face da organização das reuniões das Câmaras
751 Técnicas, ou seja, temos 12 Câmaras Técnicas que ocupam as salas. Então, terceira quinta-fera e terceira
752 sexta-feira de cada mês nunca haverá reunião de Câmara Técnica, aí a sala fica previamente separada,
753 sempre foi assim. **Sr. Ladimir da Silva:** Eu gostaria de dar uma sugestão sobre o calendário, que se deixe
754 para a última sessão do ano, aí se faz uma proposta de alteração do Regimento Interno no sentido de que
755 se estabeleçam essas questões para o ano seguinte. **Sr. Presidente:** Eu até penso que essa sugestão do
756 calendário é para dar tempo para que os Senhores Conselheiros possam ver período de férias, se janeiro
757 vai ser conveniente ou não, se fevereiro é conveniente ou não. Isso seria importante que os senhores
758 maturassem e fizesse essa proposta por e-mail. Essa sugestão do Coronel Ladimir é bem interessante, é
759 importante porque todos podem opinar. Então, fica sugerida essa proposta de calendário e em dezembro
760 nós tomamos uma decisão. Fica estabelecido assim? Então, ficamos no aguardo das sugestões. **7.**
761 **Assuntos Gerais.** Em Assuntos Gerais, nós temos o pedido de inclusão em Câmara Técnica. **Sr. Tiago**
762 **Castagnetti:** Nós temos o ofício da Sociedade de Engenharia solicitando inclusão na Câmara Técnica
763 Permanente de Agrotóxicos, que está sendo reativada por esses dias. **Sr. Presidente:** O Conselheiro
764 Germano não está presente, fica aberta a palavra aos Senhores Conselheiros. Se não houver manifestação
765 contrária podemos passar ao processo de deliberação? Então, entra em votação o pedido da Sociedade de
766 Engenharia para participar da Câmara Técnica Permanente de Agrotóxicos, quem é a favor? Dezesete.
767 Alguém contra? Alguma abstenção? Uma abstenção. Aprovada a inclusão. Nós temos aquele pedido, a
768 colocação que é feita pela Secretaria Executiva do CONSEMA, da remessa aos Conselheiros da via
769 eletrônica dos relatórios, dados, mapas, enfim, todos os instrumentos para a discussão, como forma de
770 reduzir custos. Enquanto o Tiago fazia algumas leituras eu fiz um rápido cálculo, no dia de hoje, só com
771 esses três processos com teríamos em torno de 650 cópias disponibilizadas. Então, eu pediria a
772 compreensão do nosso Plenário e submeto à apreciação dos senhores para implementarmos como rotina,
773 que todos os processos, relatórios, propostas, sejam disponibilizados pela via eletrônica. **Sra. Lisiane**
774 **Becker:** Isso não se restringiria aos processos quando se pede vista? **Sr. Presidente:** Não, vista não. **Sr.**
775 **Paulo Brack:** Como sugestão, deixar algumas cópias aqui no caso de alguém não ter tido tempo de
776 imprimir, deixar meia dúzia de cópias. **Sr. Presidente:** Todo mundo concorda? Precisamos votar? Não. A
777 palavra está aberta. Conselheiro da FETAG. **Sr. Adilson Carlos Metz:** Conselheiros e Conselheiras, eu
778 quero aqui trazer um fato, o qual não sei se seria uma informação ou uma busca conjunta, é o que nós
779 acompanhamos nos últimos dias no Município de Lajeado. O Município de Lajeado hoje tem ainda,
780 segundo dados do IBGE, 635 estabelecimentos de áreas, mas como se caracteriza como um pólo, a
781 maioria de sua área está decretada como área urbana, porém, continua a atividade rural. O que tem
782 ocorrido nos últimos dias? Sabemos que na área urbana algumas atividades estão extremamente perdidas,
783 como historias de adubo orgânico e a aplicação de agrotóxico. Nós sabemos que hoje a agricultura usa
784 agrotóxico, defensivos ou veneno, talvez a gente chegue a um estágio que não precise mais usar, mas hoje
785 a agricultura não se viabiliza sem esse uso. Então, o que nós estamos observando, Sr. Presidente? Alguém
786 pega o telefone, liga para a PATTRAN, a PATTRAN vai lá, autua o agricultor, recolher equipamento e cria
787 uma situação muito complicada. Então, nós estamos vivendo no Município de Lajeado essa situação e eu
788 gostaria de trazer ao Conselho para ver de que forma nós poderíamos auxiliar na busca de uma solução. Lá
789 são mais de 500 estabelecimentos rurais, que nós não podemos chegar para eles e pedir para parar, eles
790 querem continuar produzindo. O que nós poderíamos fazer, trabalhar de que forma para que haja de
791 repente um acompanhamento técnico, alguma resolução, ou de que forma nós poderíamos auxiliar na
792 viabilização dessas propriedades. Então, seria esse o tema que eu gostaria de deixar aqui. **Sr. Presidente:**
793 Eu me permitiria sugerir, quem sabe o senhor propõe em Assuntos Gerais e submete ao Conselho, que seja
794 feito um pedido de informações ao Município de Lajeado e um pedido de informações ao Comando
795 Ambiental sobre as ações ambientais que são desenvolvidas. Nós vamos ver como a Polícia Ambiental
796 está agindo em relação às denúncias que são formuladas e apurar também a ação ou omissão da
797 administração ambiental do Município de Lajeado. É uma sugestão e fica aberta a palavra aos Senhores
798 Conselheiros. **Sr. Edmundo:** Em relação ao zoneamento agrícola do Rio Grande do Sul, nós pedimos á
799 Secretaria da Agricultura, porque todo mundo fala em etanol no Rio Grande do Sul, e nós pedimos para a

800 Secretaria da Agricultura um zoneamento agrícola doe sentido. O nosso Estado não tem perfil para o
801 cultivo de cana, essa região de Lajeado é muito grande, tem todo o arroio do meio, de Encantando,
802 Cruzeiro do Sul, eu conheço bem aquela situação. Muitas áreas rurais hoje fazem parte do Plano Diretor
803 do município, ou seja, área urbana. Com isso aí nós devemos levar à Secretaria de Agricultura para uma
804 posição nesse atendimento. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Sr. Presidente, demais Conselheiros, eu que nós
805 temos que ver a lei municipal e a lei de perímetro urbano. Eu não sei se caracteriza área urbana, nós temos
806 que ver os requisitos, porque é água, esgoto, luz elétrica, eu não sei, mas eu acho que isso daqui a pouco
807 nós vamos ter que discutir. Eu acho que isso é discussão muito mais para a Câmara de Vereadores, ou
808 reduzir a área de perímetro urbano do município. Eu acho que é uma discussão muito do município, eu
809 acho que a FETAG e a FARSUL até podem participar, mas o caminho é esse, o caminho é legislativo
810 municipal, buscando informações do que é urbano e o que não é urbano. **Sr. Adilson Carlos Metz:** Só
811 para complementar mais um pouco, o que ocorre muitas vezes é o seguinte: vamos pegar o bairro
812 Carneiros, no meio daquele bairro tem algum bloqueamento, se aquilo ali é área rural passa a ser irregular
813 de loteamento. Sendo urbano passa a ser irregular uma série de irregularidades rurais. Então, não se sabe
814 hoje que mecanismo que no mesmo bairro possa ter uma parte de loteamento urbano e a outra parte rural.
815 Então, não se sabe hoje como, tecnicamente, resolver, mas enquanto isso ocorre o quê? Está lá o agricultor
816 precisando trabalhar. Por outro lado, há denúncia, há autoridade no compromisso de agir também. Aí me
817 parece que há uma solução a ser buscada, que me parece que hoje não se tem. Então, o meu intuito de
818 trazer para o CONSEMA é que aqui tem os mais diversos segmentos representados para acharmos o
819 caminho e não terminar com o nosso agricultor, mas que também ele não fique trabalhando de forma
820 ilegal. **Sr. Paulo Brack:** Eu gostaria de passar a palavra a ele. **Sr. Presidente:** Não tem problema, só que
821 quando não for Conselheiro tem que se inscrever na Secretaria. **Sr. Carlos A. M. Marchiori:** Boa-tarde.
822 Eu não poderia me furtar de falar após a manifestação do Conselheiro da FETAG. Esse assunto diz
823 respeito à questão das habilitações dos municípios. E quero meio que aglutinar as teses com as
824 proposições, tendo em vista que Lajeado é um município hoje habilitado, deve ter passado por aqui o
825 processo de habilitação. Então, se está sendo trazido até o CONSEMA uma dificuldade que lá está
826 ocorrendo, é o momento do CONSEMA acompanhar esse processo, vai ser como uma espécie de piloto
827 daqueles outros problemas que sistematicamente são denotados, seja na questão do quadro técnico,
828 planejamento ambiental e etc. Então, uma sugestão, que se faça um pedido de informação ao município, a
829 situação que ele está hoje, em relação à sua habilitação, se cumpriu com o seu plano ambiental, como está
830 o zoneamento. Eu acho que a partir de um zoneamento ambiental do município, ele trabalha junto com a
831 Câmara de Vereadores, somente aí dar uma solução para isso, se é urbano e em perímetro rural e vice-
832 versa. Eu vejo na minha humilde percepção a solução dessa forma, de informação para o município, qual a
833 situação o CONSEMA atuar, participar na solução desse problema. **Sra. Lisiane Becker:** Eu vejo com um
834 certo receio, nós tivemos casos semelhantes aqui. Eu considero interessante, porque nós queremos
835 melhorar a qualidade de serviços da Prefeitura e a ingerência, e quando há um princípio de aplicação de lei
836 o município vem aqui para que haja a ingerência. Eu acho meio estranho isso, porque me parece tratar do
837 mesmo tempo, mas com abordagens diferentes. Na minha opinião, concordo com o Carlos, é uma questão
838 mal, também concordo com o Ivo, porque é uma demanda do município, que pode a qualquer momento se
839 revisto. **Sr. Presidente:** Alguma outra manifestação? **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Eu acho que eles
840 poderiam procurar o Conselho Municipal, é uma atribuição do Conselho Municipal de Meio Ambiente, é a
841 esfera competente. Não sei, é uma idéia. **Sr. Adilson Carlos Metz:** Eu quero tranquilizá-los, isso que os
842 senhores estão falando está sendo feito junto aos vereadores, junto ao Conselho de Meio Ambiente, junto
843 a EMATER, enfim, todos juntos na busca de uma solução. Eu acredito que nós como Conselho Estadual
844 do Meio Ambiente não podemos fazer tudo o que foi proposto, ou seja, você tem um filho, no momento
845 em que ele se emancipa, sai de casa, aí ele vem com um problema e você dá um chute – “te vira, meu
846 amigo!” Eu acredito que mesmo que lá esteja municipalizado eu não estou aqui em nome do município,
847 estou aqui como Conselheiro, entendo que este Conselho não pode ficar fora de uma discussão, da busca
848 de uma solução. Hoje estourou em Lajeado, amanhã pode ser em outra região, talvez não estourou porque
849 o vizinho não pegou o telefone e ligou, mas amanhã ou depois vai acontecer em outros lugares. Eu trouxe
850 para cá porque sei que aqui tem pessoas que podem dar uma luz para esse tipo de problema. Agora, lá no
851 município a gente está trabalhando, até na imprensa, lá se está fazendo, mas eu acredito que o Conselho
852 deve participar na discussão da busca de uma solução, não pensando só no município. **Sr. Presidente:** Até
853 porque dentro do processo de qualificação, que prevê a Resolução nº 0436167, pode o Conselho
854 encaminhar quando perceber um desvio de rota, ou a baixa qualidade do licenciamento, pode encaminhar
855 recomendações e propor outras medidas censoras ao administrador público ou gestor ambiental. Então, o
856 seu encaminhamento é um pedido de informação ao município. **Sr. Adilson Carlos Metz:** Não, é uma

857 discussão por parte do Conselho, o que o Conselho pode recomendar quando no município acontece isso.
858 Esse problema não é do município, é um problema do Estado. **Sr. Presidente:** E se começar nesse
859 caminho, coletar esses dados, a existência do plano ambiental, como está sendo licenciado, como está
860 sendo fiscalizado, sabendo das ações do Comando Ambiental da região. Por isso a minha idéia seria
861 encaminhar pedidos de informação feitos pelo Conselho, porque se nós chegarmos nessa reunião com
862 todos esses dados e o Conselho entender que não é caso de aplicação, é má aplicação de legislação
863 municipal, o Conselho não vai interferir. Se o Conselho entender que há indevida, digamos assim,
864 atividade de licenciamento prejudicial ao meio ambiente poderá expedir recomendações, poderá tomar
865 outra providência, acessar para o risco de desqualificação. Por isso que eu penso, se nós pegarmos em
866 nível de Conselho, são vinte a tantos Conselheiros, conhecer o que está acontecendo para depois ver o
867 encaminhamento. Não sei, é uma idéia, até um instrumento que se tem usado aqui, que os Conselheiros
868 têm usado, é o pedido de informações. Podemos entender que é um pedido de informações ao Município
869 de Lajeado, sobre essa situação conflitiva de agricultores em área urbana ou em área rural, envolvidos na
870 aplicação de defensivos, na aplicação de substrato a terra e também dirigir ao Comando Ambiental. Nós
871 estamos diante do Coronel Comandante. Podemos votar? **Sr. Adilson Carlos Metz:** Eu não quero ser mal
872 interpretado, é que o município, a fiscalização está fazendo o papel deles, o problema é que há essa
873 questão a ser resolvida. Talvez o encaminhamento seja um pedido de informação de como está a situação
874 dos agricultores que estão em área urbana, quanto à limitação de atividades que eles exercem. Então, eu
875 não estou aqui dizendo que a PATRAN está errada e nem que o município está errado, é que há um
876 problema legal. Então, é o caso de se apontar um caminho, senão daqui a pouco vão dizer que o
877 representante da FETAG está dizendo que a PATRAN está errada, não, então, seria um relato dos fatos
878 que estão estabelecidos na região. **Sr. Presidente:** Mas o senhor concorda em pedir informação ao
879 Comando Ambiental também? **Sr. Adilson Carlos Metz:** Sim. **Sr. Presidente:** Mais alguma observação?
880 Vamos votar. Quem está a favor levante o braço rapidamente, por favor. Dezesseis a favor. Contrários?
881 Abstenções? Aprovado. Estamos em Assuntos Gerais ainda. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** Eu queria lembrar
882 novamente que na ata que aprovamos hoje também ficou a pendência da resposta a respeito de uma
883 solicitação feita pela Conselheira da AGAPAN, sobre uma manifestação do Governo sobre o
884 desmantelamento do Comando Ambiental, que não ouvimos em Comunicação e nem em Assuntos Gerais.
885 E já deixar manifestado que nós solicitamos, dentro das sugestões de pauta, que isso seja trazido. Até
886 porque pelas denúncias que estamos recebendo, quanto à gravidade do problema e pela existência de um
887 plano de estruturação do Comando Ambiental, que, provavelmente, possa ter impacto no Comando
888 Ambiental. Quero deixar registrado e saber se houve esse questionamento, essa cobrança disso que estava
889 pendente. **Sr. Presidente:** Já foi feita a solicitação, mas o Tiago pode esclarecer. **Sr. Tiago Castagnetti:**
890 Ilustre Conselheira, na reunião passada tocamos nesse assunto, nós trouxemos esclarecimentos. Nós
891 oficiamos o Comando Geral da Brigada Militar, solicitando informações a cerca da possibilidade de
892 trazer maiores informações sobre o possível desmantelamento do Comando Ambiental. Ainda não
893 obtivemos resposta. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** Além disso, na última reunião, nós manifestação a
894 estranheza de que essa solicitação de posicionamento do Governo do Estado a respeito dessa questão
895 tivesse sido encaminhado ao próprio Comando Ambiental. Aí o Sr. Presidente esclareceu que também
896 havia feito a solicitação ao Secretário da Segurança. Então, eu acho que nós podemos renovar essa
897 solicitação de esclarecimento e sugerir que a gente tenha uma abordagem desse tema em nome do
898 Governo, dessa vez o encaminhamento não ao Comando, que está sendo alvo dessas impressões e talvez
899 por isso não tenha encaminhado uma resposta. **Sr. Presidente:** É que o Comando Geral da Brigada,
900 através do Coronel Comandante, foi ele que discutiu, debateu e apresentou perante o Conselho Superior da
901 Brigada Militar a pretensão de modificação, alteração ou distinção do Comando Ambiental das atividades,
902 por isso foi dirigido a ele prestar o esclarecimento da proposta do projeto, sem prejuízo da manifestação
903 do Senhor Secretário. **Sr. Fábio Bueno:** É muito importante a preocupação da Conselheira, foi a Edi que
904 fez essa solicitação de pedido de informações. E nós também temos essa preocupação, tendo em vista a
905 divulgação, tendo em vista o corte de 30% nas verbas que serão destinadas, tendo em vista acomodações e
906 rearranjos do quadro. Então, é uma preocupação muito importante, porque às vezes a corda pode estourar
907 do lado da PATRAN, por exemplo. Por isso eu acho muito importante. **Sr. Presidente:** A Conselheira do
908 Núcleo Amigos da Terra fez essa proposição de renovar os ofícios ao Senhor Secretário de Segurança
909 Pública e ao Comandante Geral da Brigada a respeito do projeto de extinção, ou alteração, ou modificação
910 do Comando Ambiental das unidades ambientais. Então, eu acho que é a terceira sessão que estão
911 reiterando esse tema. Então, com o cartão de votação, quem é a favor da proposição de pedido de
912 informações ao Comando Geral da Brigada e ao Senhor Secretário da Justiça e Segurança Pública?
913 Quinze. Contrários? Abstenções? Uma. Aprovado. A palavra está em aberto ainda. Se há mais nenhuma

914 manifestação em Assuntos Gerais, então, mais uma vez me sinto extremamente feliz e orgulhoso de ter
915 presidido uma sessão do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Eu manifesto sempre ao final, com muito
916 carinho aos Conselheiros, a contribuição que dão para o nosso sistema estadual do meio ambiente. Muito
917 obrigado. Estão encerrados os trabalhos. *(Encerra-se a presente sessão às 17h06min)*